

FHC pede paz política e equilíbrio entre Poderes

José Paulo Lacerda/AE

Em mensagem aos parlamentares, ele aponta condições para sucesso econômico

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – Na mensagem enviada ontem ao Congresso para a abertura do ano legislativo, o presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu a tranquilidade política e o equilíbrio entre os Poderes, para que o País continue crescendo. O presidente ressaltou aspectos do avanço econômico, considerado pelo Palácio do Planalto um trunfo para manter a união da base de sustentação em torno do projeto do governo.

“A tranquilidade política foi um fator decisivo para a superação das dificuldades econômicas que enfrentamos. Essa tranquilidade deve muito ao equilíbrio que temos sabido manter entre os Poderes que representamos, pautado pela busca do respaldo parlamentar necessário às iniciativas do governo, pelo livre exercício da oposição e pela adesão irrestrita de ambos às regras do jogo democrático”, afirmou Fernando Henrique.

“Estou certo de que com o mesmo equilíbrio continuaremos trabalhando, o Presidente da República e o Congresso Nacional, pela realização das perspectivas amplamente favoráveis que hoje se abrem para o nosso País”, disse. Ao falar dos desafios que ainda devem ser enfrentados, o presidente citou a agenda da competitividade, necessária para evitar que a balança comercial não limite o crescimento do País, e a agenda da solidariedade, relacionada à expansão dos gastos sociais.

Eis os principais pontos da mensagem:

■ **Inflação** – “O Brasil fechou 2000 com inflação em baixa e produção em alta. A inflação medida pelo IPCA ficou dentro da meta de 6%, contra 9% em 1999. O PIB cresceu 4%.”

■ **Emprego** – “A retomada do emprego é a nota mais gratificante nesse quadro. De novembro de 1999 a novembro de 2000, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego registrou a geração líquida de 893 mil vagas com carteira assinada.”

■ **Indústria** – “A indústria liderou o crescimento em 2000, com expansão acima de 6%.”

■ **Metas fiscais** – “A firmeza com que pusemos em prática o Plano de Estabilização Fiscal foi decisiva para reverter as expectativas desfavoráveis. Não faltou quem sugerisse, no auge



Jader passa tropas em revista, ao chegar para a sessão de abertura do ano legislativo: solenidade prestigiada por cinco ministros

da crise, que deveríamos afrouxar as metas fiscais em benefício de uma retomada mais rápida do crescimento. O quadro de crescimento com estabilidade que estamos experimentando comprova a precipitação daquelas sugestões.”

■ **Juros e dívida** – “A taxa de juros básica recuou de 19% para 15,75% ao longo do ano passado. A dívida pública líquida deve fechar o ano com uma ligeira redução.”

■ **Educação** – “Atingimos, no ano passado, 97% das crianças de 7 a 14 anos nas escolas, antecipando e superando a meta do Plano Decenal de Educação.”

■ **Previdência** – “O grande desafio do Brasil na área da Previdência continua sendo a ampliação da cobertura, que deixa de fora 38 milhões de trabalhadores ou mais de 40% da população economicamente ativa.”

■ **Reforma agrária** – “Atingimos 460 mil famílias assentadas em seis anos – outro exemplo de melhoria de qualidade do gasto social.”

■ **Competitividade** – “Alguns dos pontos na vasta agenda da competitividade demandam atenção imediata, para que a balança comercial não venha efetivamente a se tornar um limitador do nosso crescimento. A redução do custo Brasil cobra esforços adicionais em relação à queda da taxa de juros, à remoção de gargalos de infraestrutura e à racionalização da carga tributária.”

■ **Comércio** – “A defesa dos interesses comerciais brasileiros torna-se mais árdua na medida em que o País assume um perfil menos retraído no contexto internacional. Temos pela frente uma agenda pesadíssima, que vai das relações bilaterais com parceiros estratégicos a uma nova rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), passando pela consolidação do Mercosul e a proposta da Área de Livre Comércio das Américas. Vamos trabalhar com tranquilidade, mas com firmeza, para valorizar o peso relativo do Brasil nesse complexo tabuleiro.”

■ **Social** – “Os êxitos que alcançamos no plano econômico permitirão enfrentar com mais fôlego – inclusive fôlego fiscal – os desafios da inclusão social. Isso já acontece no orçamento da União para 2001, que prevê uma significativa expansão do gasto social, contando com um cenário macroeconômico mais favorável e a efetividade das medidas anti-sonegação.”

■ **Pobreza** – Um esforço deve ser feito em relação aos cinturões de pobreza na periferia de áreas metropolitanas. O governo buscará formas de enfrentar mais decisivamente esse imenso desafio.”

■ **Lei Fiscal** – “A aplicação rigorosa da Lei de Responsabilidade Fiscal é indissociável do compromisso consequente com a inclusão social.”

■ *A íntegra da mensagem pode ser conferida na pág. 3 do caderno Classificados*